

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O CURRÍCULO DE SERGIPE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Ivana Maria Santana Andrade¹
Taislaene Araujo Santos²

GT 8 – Espaços Educativos, Currículo e Formação Docente (Saberes e Práticas)

RESUMO

Este artigo objetiva evidenciar possíveis relações entre as temáticas das relações étnico-raciais presentes no currículo de Sergipe de 2018 e pesquisas que apresentam práticas pedagógicas antirracistas. Para tanto, utilizamos como referência uma pesquisa monográfica do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, que realizou a análise curricular do documento sergipano para os anos iniciais, e cinco trabalhos que propõem abordagens antirracistas para a Educação das Relações Étnico-raciais (ERER), coletados em Bases de Dados. A pesquisa se ancora nos pressupostos da abordagem qualitativa, com procedimentos de análise documental. Os resultados nos permitem inferir que há a abertura de caminhos para a implementação de propostas de intervenção antirracistas a partir dos tópicos propostos pelo documento sergipano. Outrossim, destacamos que a ausência de projetos de formação continuada, a postura reclusa das instituições e a negação da discriminação étnico-racial dificultam sua implementação.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Currículo. Sergipe. Intervenção Pedagógica. Educação.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo resaltar posibles relaciones entre los temas de las relaciones étnico-raciales presentes en el currículo de Sergipe de 2018 y las investigaciones que presentan prácticas pedagógicas antirracistas. Para ello, utilizamos como referencia una investigación monográfica de la carrera de Pedagogía de la Universidad Federal de Sergipe, que realizó un análisis curricular del documento de Sergipe para los años iniciales, y cinco trabajos que proponen enfoques antirracistas en la Educación de Relaciones Étnico-Raciales (ERER), recogidas en Bases de Datos. La investigación está anclada en los supuestos del enfoque cualitativo, con procedimientos de análisis de documentos. Los resultados permiten inferir que se están abriendo caminos para la implementación de propuestas de intervención antirracista a partir de los temas propuestos por el documento de Sergipe. Además, destacamos que la ausencia de proyectos de educación continua, la postura reclusiva de las instituciones y la negación de la discriminación étnico-racial dificultan su implementación.

Palabras clave: Relaciones étnico-raciales. Plan de estudios. Sergipe. Intervención Pedagógica. Educación.

¹ Pedagoga e Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS), Grupo de Pesquisa em Educação, História e Interculturalidade (GPEHI/UFS/CNPq). <https://orcid.org/0009-0004-9138-5723>. E-mail: <ivanamaria588@gmail.com>

² Pedagoga e Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS), Grupo de Pesquisa em Educação, História e Interculturalidade (GPEHI/UFS/CNPq). <https://orcid.org/0000-0001-9535-7309>. E-mail: <[taislaearaujo59@gmail.com](mailto:taisalinearaujo59@gmail.com)>

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta reflexões possibilitadas a partir de uma pesquisa de monografia³ desenvolvida no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), juntamente com o estudo de outras pesquisas e trabalhos que tratam de estratégias de intervenção pedagógica que buscam traçar caminhos para a educação antirracista e que contemplam a Educação das Relações Étnico-raciais (ERER). Desse modo, os diálogos se interseccionam a partir da realidade concreta do documento curricular do Estado de Sergipe para os anos iniciais do Ensino Fundamental (2018), apresentada pela pesquisa de monografia citada, e das problematizações que faremos a partir destes resultados em confluência com os demais trabalhos e seus apontamentos, discussões e propostas pedagógicas antirracistas e interculturais.

Sendo assim, o trabalho nos direciona para outras perspectivas de práticas educativas durante o nosso ofício docente, visto que as duas autoras são professoras. Estas outras perspectivas, que não são elitistas, naturalistas, conformistas e omissas, nos fazem refletir acerca das possibilidades de enfrentamento presentes no ambiente escolar, já que este pode ser um lugar violento e hostil para crianças negras, indígenas, do gênero feminino, *queer*⁴, ou pertencentes a outros grupos minoritários. Neste artigo, focalizaremos mais nas vivências e nas discussões acerca da realidade de crianças negras e indígenas, pois trataremos da Educação das Relações Étnico-raciais como eixo central desta reflexão. Reflexão que nos faz acreditar nas potencialidades da educação enquanto um meio de luta contra as injustiças sociais e violências advindas de um projeto colonial europeu/branco/masculino/hétero/racista.

Além do mais, entendemos que este trabalho pode também inspirar outros profissionais da educação, de maneira que instigue a reflexão, assim como instigou em nós. Dessa forma, vislumbramos possíveis processos de conscientização de profissionais comprometidos com uma educação antirracista, decolonial e intercultural. Nessa perspectiva, reafirmamos a

³ A pesquisa em questão trata-se de uma análise do documento curricular sergipano, que objetivou compreender como a ERER estava apresentada no currículo para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

⁴ Este termo, utilizado aqui como a compreensão de um grupo de crianças que não cumprem os pré-requisitos da heteronormatividade e da imposição social de gênero, foi adotado em razão do entendimento da existência de uma discriminação de gênero que não se limita às meninas, mas a todas as identidades femininas. Neste caso, crianças *queer*, vivendo suas infâncias como melhor compreendem, são subjugadas e humilhadas apenas por existirem no mundo e não performarem os padrões de gênero impostos pela sociedade (PRECIADO, 2013).

necessidade de decolonizar o espaço escolar, sendo esse processo compreendido como o ato de viabilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas (WALSH, 2009). É nesse sentido que defendemos o enfrentamento dessa violência estrutural, visto que o racismo é um grande problema na sociedade brasileira desde os primórdios da colonização.

Desse modo, indicamos e frisamos nesta seção que o eixo teórico com o qual este trabalho dialoga é, em sua essência, decolonial. Em vista disso, as discussões teóricas presentes aqui têm, marcadamente, seus pressupostos ancorados na decolonialidade. Por isso, ao apontarmos as potencialidades da docência antirracista a partir das pesquisas analisadas, dialogaremos com estudiosos decoloniais, bem como autores que problematizam o currículo e traçam caminhos para a implementação do antirracismo e da interculturalidade como prática, defendendo a urgência de uma EREER comprometida e responsável, de forma que esta se distancie de pressupostos coloniais ou eurocêntricos. Nesse sentido, destacamos que este artigo se fundamenta na abordagem qualitativa em educação, por meio de análise documental, que se dá a partir das análises dos trabalhos.

O trabalho está dividido em tópicos. Inicialmente, exporemos a EREER como um fator imprescindível na escola, pontuando as Diretrizes, Leis e algumas contribuições teóricas de autores do movimento negro e indígena e de estudiosos da educação e do currículo. Em seguida, traremos alguns apontamentos acerca do currículo de Sergipe no âmbito da educação das relações étnico-raciais nos anos iniciais do ensino fundamental, evidenciando como estes objetos de aprendizagem e habilidades se relacionam com pesquisas que apresentam possibilidades outras de trabalhar a EREER nos ambientes escolares/educativos. Ao concluirmos, apresentaremos apontamentos que imbricam na reiteração de que práticas pedagógicas antirracistas não são apenas uma possibilidade, mas um dever na busca de uma docência comprometida a combater a desigualdade em diferentes esferas.

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA

Um fato de extrema importância para compreendermos a EREER e sua relevância no ambiente escolar é o fato de olhar para a história do país em que vivemos, pois quando rememoramos o histórico de colonização operado pelos europeus no século XVI, podemos

mensurar o tamanho da violência acometida, inicialmente, aos povos originários brasileiros e, posteriormente, aos africanos e africanas trazidos à força de seus países. Nesse sentido, importa indicar a potencialidade da resistência desses grupos na busca por dignidade, justiça e respeito. Essa herança de luta se manifesta até hoje nos movimentos negro e indígena na educação, quando exigem uma ruptura epistemológica e curricular a partir do que se tem no Brasil, demandando por práticas, posturas e políticas antirracistas. Esse é um passo significativo na ruptura do silêncio e das lacunas deixadas até hoje pelo processo de colonização (KAYAPÓ, 2014).

Por certo, compreender a escola como ambiente formador é compreender a forte influência dela na construção da consciência moral das crianças, principalmente das negras e indígenas, as quais estão mais vulneráveis a diversos tipos de discriminação. É nesse sentido que indicamos a emergência de uma Educação para as Relações Étnico-raciais, pois a relação dessas crianças junto às outras e a todos que compõem o corpo escolar deve ser pensada de maneira responsável, de modo que se tenha uma abordagem decolonial e intercultural crítica na realização da práxis. Nessa perspectiva, o Parecer 003/2004 do CNE (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais) expõe:

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (...) Precisa, o Brasil, país multi-étnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, idéias e comportamentos que lhes são adversos. (BRASIL, 2004, p.06-09)

Assim, ao compreendermos o currículo como um espaço político de poder, sabemos que hoje há um despertar para um “exercício epistemológico e pedagógico de tornar os saberes produzidos pelos movimentos sociais e pela comunidade em “emergências” (GOMES, 2007, p.32), evidenciando sua importância social, política e também pedagógica. Revendo posturas, valores, ideologias, conceitos pré-estabelecidos e tendo como foco central os sujeitos educativos, nesse caso os alunos.

Portanto, a diversidade étnico-racial é um ponto que indaga os currículos e as escolas, chamando-os para repensar seu ordenamento temporal e exigir a garantia dos direitos de todos à educação (GOMES, 2007), pois, ao ser a escola um ambiente sociocultural, os sujeitos

sociais que são diversos estão dentro dela e, por isso, constituem o ambiente e carecem do cumprimento responsável e efetivo dos seus direitos e do respeito às suas especificidades. É isto que nos leva a pensar nas possibilidades de articulação entre o currículo de Sergipe (teoria) e as atividades propostas pelas pesquisas (prática), que serão mais bem explicadas no tópico a seguir.

O CURRÍCULO DE SERGIPE E A ERER

Os resultados da análise curricular sergipana (ANDRADE, 2022) nos mostraram que algumas disciplinas dos campos das Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, mais especificamente as disciplinas de Arte, Geografia, História, Ciências e Ensino Religioso, elencam alguns pontos referentes às relações étnico-raciais. Aqui, listaremos todos os objetos de aprendizagem e habilidades encontrados em cada eixo temático e relacionaremos cada um com as propostas evidenciadas no tópico subsequente. Antes de tudo, elucidamos que o currículo de Sergipe, assim como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), segue um padrão alfanumérico para especificar esses objetivos e habilidades nos componentes curriculares. Portanto, a composição dos códigos que muito serão citados a partir de agora, está relacionada com cada ano ou ciclo de acordo com a progressão cognitiva concebida, sendo numerada na ordem 01, 02 ou 03. Como por exemplo: EF05MA01SE (EF: Ensino Fundamental, 05: quinto ano, MA: Matemática, 01: sequência cognitiva, SE: Sergipe), ou EF15HI02 (EF: Ensino Fundamental, 15: 1º ao 5º ano, HI: História, 02: sequência cognitiva).

No campo das Artes, apontamos as habilidades EF15AR24, EF15AR04, EF15AR04SE, que discorrem sobre a valorização de brinquedos, brincadeiras, jogos, danças e histórias de diferentes matrizes culturais, além de proporem a confecção de brinquedos ou objetos que remetam a diferentes realidades culturais. Ainda neste componente, destacamos a EF15AR25, que pretende estimular o conhecimento e valorização do patrimônio cultural, material e imaterial da cultura brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas. Na Geografia, destacamos as habilidades EF05GE2 e EF04GE6, que tratam de sensibilizar os estudantes quanto às diferenças étnicas, raciais, culturais e as desigualdades sociais, propondo a conscientização acerca de territórios étnico-culturais existentes no Brasil e na sua região ou comunidade local, tais como terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombo.

Na História, indicamos as habilidades EF03HI03, EF05HI04, EF05HI05, EF04HI09 e EF04HI10. As três primeiras discorrem, respectivamente, sobre as condições sociais e desafios vivenciados por diversos grupos étnicos no decorrer da história, especialmente pelos africanos, remanescentes de quilombo e indígenas; sobre a compreensão de cidadania e princípios de respeito à diversidade; e sobre a relação direta entre cidadania e conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica. As duas últimas tratam de questões migratórias, englobando reflexões acerca das motivações desses processos migratórios em diferentes tempos e espaços e de como se dá o papel desempenhado pela migração nas regiões de destino, bem como trata do estímulo a análise de diferentes fluxos populacionais e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.

No eixo temático das Ciências, indicamos a habilidade EF01CI04, que pretende estimular a realização de conversas sobre a importância do respeito e valorização da diversidade das características específicas de cada indivíduo, como cor da pele e dos olhos, tipo de cabelo, altura, deficiência física etc. No tópico abaixo, trataremos das pesquisas selecionadas e exporemos os diálogos possíveis entre as habilidades e objetos de conhecimento apresentados pelo currículo sergipano e as atividades propostas pelas pesquisas encontradas. Também, acrescentaremos às propostas pedagógicas pontos que entendemos como relevantes para somar nas discussões, trazendo as especificidades do nosso Estado, ao passo que os trabalhos separados são de autoria de pessoas de outras naturalidades que não a sergipana.

A CONTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS PARA A DOCÊNCIA ANTIRRACISTA

Ao indicarmos os pontos apresentados pela proposta curricular de Sergipe referentes à ERER, percebemos que os objetos se limitam à temáticas soltas ou tópicos específicos direcionados aos professores para a abordagem de cada conteúdo em sala de aula, de acordo com cada objeto/objetivo de aprendizagem. Foi em razão disso que sentimos a necessidade de pensar em atividades concretas para as crianças na escola. Para tanto, decidimos buscar em três plataformas virtuais, trabalhos/artigos que apresentavam propostas pedagógicas antirracistas para instituições escolares.

Posto isto, indicamos que a categorização dos termos de busca nas plataformas se deu através dos marcadores “Práticas antirracistas”; “Atividades antirracistas”; “Projetos

antirracistas”⁵. Estes instrumentos de busca foram utilizados em três plataformas eletrônicas, a saber: Education Resources Information Center (ERIC), Scielo e Google Scholar. A escolha destas se deu mediante nossa compreensão acerca delas como espaços virtuais notáveis na área da educação e da pesquisa científica, nos indicando trabalhos relevantes para a realização deste artigo. Sendo assim, dentre os trabalhos encontrados no levantamento, separamos apenas os que propunham atividades ou projetos antirracistas voltados ou aplicáveis aos anos iniciais do Ensino Fundamental, e os que dialogavam de forma mais contundente com as disciplinas e habilidades propostas pelo currículo sergipano. Desse modo, apresentaremos aqui, a partir dessa separação, 5 (cinco) trabalhos.

Na busca realizada, encontramos 4 (quatro) artigos publicados em revistas ou apresentados em eventos na área da educação e 1 (uma) monografia, nos quais os autores e autoras compartilham experiências vividas através de atividades propostas por eles mesmos direcionadas às crianças do ensino fundamental, ou apresentam elementos que possibilitam a reflexão sobre nossas próprias práticas omissas, apontando novos caminhos.

As contribuições do trabalho de Silva e Araújo (2023) propõem uma atividade de valorização das características físicas negras para alunos do 4º ano do ensino fundamental. Percebemos que a atividade proposta por eles dialoga com a habilidade EF01CI04 das Ciências, que trata de debates relacionados ao corpo humano e o respeito à diversidade, promovendo diálogos respeitosos acerca das características físicas e específicas das crianças, evidenciando-as e promovendo a conscientização acerca do respeito à elas. A proposta apresentada pelos autores têm como objetivo justamente priorizar as especificidades das crianças, realizando inicialmente uma contação de histórias⁶ e, a partir disso, traçar um debate sobre suas particularidades, seus fenótipos, cores de pele e etnias.

Para isso, levam um espelho dentro de uma caixa e, em círculo, passam essa caixa de um por um, para que observem a si mesmos e destaquem os adjetivos que mais gostam em si. Um fato importante a ser mencionado é que esse não é um processo linear e nem fechado,

⁵ Esses termos foram traduzidos para o inglês quando utilizamos a ERIC, visto que essa Base exige os termos de busca na língua inglesa.

⁶ O livro sugerido pelos escritores do artigo foi *Menina Bonita do Laço de Fita*, de Ana Maria Machado, mas destacamos outras possibilidades de literatura para essa atividade, como *O Pequeno Príncipe Preto*, de Rodrigo França, e *Amoras*, de Emicida. Além disso, buscando incluir a temática indígena na atividade e, ao mesmo tempo, abordar os povos originários sergipanos, destacamos também o livro *Kariri-Xocó: Contos Indígenas*, da professora Denízia Kawany Fulkaxó.

pois a atividade nasce a partir da literatura, do debate e de conversas com as crianças, de modo que a conscientização seja um processo contínuo. Esse é um momento de reflexão e um momento em que as crianças compreendem, concretamente, a diversidade presente na sala de aula, na escola, na vida, no mundo, e a importância de respeitá-las. Esse respeito às multiplicidades converge com o as concepções de Candau e Oliveira (2010), quando definem a iniciativa de combate ao racismo partindo do reconhecimento estatal e da divulgação e produção de conhecimentos que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico, com direitos garantidos e identidades valorizadas. (CANDAUI; OLIVEIRA, 2010. p. 32).

Nessa lógica, destacamos também o trabalho de França (2021), que dialoga com três habilidades ao mesmo tempo (EF15AR24, EF15AR04 e EF15AR04SE, das Artes). Estas habilidades se relacionam intimamente com as propostas sugeridas pela autora, ao passo que os objetos e objetivos citados rondam as discussões sobre o enaltecimento de brinquedos, brincadeiras, jogos, danças e histórias de diferentes matrizes culturais, além da confecção propriamente dita de brinquedos ou objetos que remetam a diferentes realidades culturais.

Dentre as várias possibilidades de intervenção pontuadas pela autora, apontamos como pontes de diálogo com o currículo: oficinas de jogos de origem africana, como a “amarelinha africana” e “meu querido bebê”; oficinas de dança, teatro e música africanas e afro-brasileiras, como maracatu, maculelê, capoeira e samba, com profissionais ou movimentos sociais; experiências de manuseio de instrumentos como o atabaque, o caxixi, berimbau, agogô, reco-reco; atividades ou gincanas que possibilitem o acesso a diversos tipos de artes afro-brasileiras e africanas, como pinturas, esculturas, expressões teatrais (FRANÇA, 2021). Ainda nessa lógica, apontamos também o trabalho de Cunha et.al. (2023), que apresenta como alternativa de trabalho antirracista nas Artes uma oficina de bordado *Adinkra*⁷, de modo que fortaleça conhecimentos e expressões artísticas ancestrais africanas e valorize-as.

Posto isto, percebemos que as propostas de atividades trazidas por França e Cunha et. al. dialogam diretamente com os estudos decoloniais, ao passo que os autores adotam uma contraposição ao apagamento das raízes culturais do Brasil colonizado e defendem um novo olhar para os saberes ancestrais e práticas educativas/culturais sagradas para alguns povos, de modo que não sejam acometidos à temporalidade do passado, mas que sejam “conhecimentos

⁷ Os adinkras são um conjunto de símbolos do povo Ashanti, atualmente localizados nos países Gana, Burkina Faso e Togo, na África Ocidental.

que têm contemporaneidade para criticamente ler o mundo e para compreender, (re)aprender e atuar no presente” (WALSH, 2009, p.25).

Na sequência, indicamos o artigo de Francini (2022), que nos mostra possibilidades de interações virtuais entre as crianças com jogos online⁸. Esses jogos, apresentados por ela, podem ser em formato de quiz, caça-palavras ou jogos da memória, abordando o racismo em diferentes situações. Nesse sentido, os professores que pretendem utilizá-los podem abordar os diferentes campos e temáticas que pretendem trabalhar em determinada aula. É neste cenário que apontamos as habilidades EF03HI03, EF05HI04, EF05HI05, EF04HI09 e EF04HI10⁹, da disciplina de História, como possibilidades latentes de diálogos com os jogos. Os assuntos que perpassam essas habilidades se interconectam e podem ser organizados a partir das amostras que a autora trouxe. Através da plataforma¹⁰ disponibilizada por ela, podemos encontrar diversos tipos de jogos interativos, o que dá a oportunidade de incluir os diferentes pontos propostos pelas habilidades/objetivos de aprendizagem em questão.

O exemplo apresentado por ela no artigo foi um jogo de perguntas e respostas, em que as crianças se organizam em grupos e respondem as alternativas com verdadeiro ou falso. Nesse jogo, podemos elencar sentenças como: “O município sergipano Carira é assim denominado em homenagem a uma mulher indígena chamada Mãe Carira”, ou: “José Mulungu foi um líder negro abolicionista sergipano”. Assim, durante a atividade, pontos e questões importantes serão levantadas e podem enriquecer o debate, implicando na aprendizagem e conscientização coletiva. Assim como Francini (2022), acreditamos ser relevante trazer a dinâmica para a sala de aula porque pensamos que ela pode ser um fator que instigue as crianças a participação e a mobilização, possibilitando diálogos interessantes ao mesmo tempo em que aprendem mais sobre sua própria cultura, história e memória.

A respeito das habilidades EF05GE2 e EF04GE6, da disciplina de Geografia, percebemos uma relação direta com a pesquisa monográfica de Dobal (2015), que objetiva propor uma educação territorial antirracista a partir da produção de materiais didático-

⁸ Levando em conta as diferentes realidades sociais, frisamos que nem todos podem ter acesso a aparelhos eletrônicos para a realização dessas atividades, por isso destacamos a viabilidade de adaptação desses jogos para folhas/fichas impressas.

⁹ Essas habilidades pertencem às unidades temáticas “As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município”; “Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social” e “As questões históricas relativas às migrações”. Embora sejam diferentes, há aspectos que as unem, como a habilidade de interpretar e conhecer sua própria realidade, seus direitos, sua cultura e a história social do seu país.

¹⁰ Disponível em: <<https://wordwall.net/pt-br/community/racismo>>

pedagógicos que problematizem os currículos de Geografia a partir das narrativas espaciais da comunidade quilombola Quilombo dos Alpes (Porto Alegre -RS). Essa pesquisa se aproxima das habilidades citadas acima, ao passo que estas discutem a necessidade de abordar as diferenças étnico-raciais e culturais da população brasileira, nos aspectos sociais e territoriais. Nesse contexto, Dobal traz em sua pesquisa mecanismos de enfrentamento ao racismo geográfico, como a elaboração de “mapas falantes”.

A preparação desses mapas, segundo a autora, é compreendida como um mecanismo de “encrespamento” da geografia (DOBAL, 2015, p. 15) e se configura como uma proposta de intervenção pedagógica que direciona as aprendizagens acerca dos territórios históricos de resistência locais a partir das vozes dos próprios sujeitos pertencentes a esses espaços. Para tanto, ela propõe uma cartografia menos lisa e mais dinâmica, que exponha as diversas multiplicidades de ações e vínculos com o espaço da comunidade. Nesse sentido, ela propõe atividades que considerem os sujeitos quilombolas ou indígenas, ribeirinhos e demais minorias étnicas como o centro do debate; bem como, que os currículos considerem como conhecimentos basilares os saberes das pessoas dessas comunidades, possibilitando visitas, momentos de escuta e aprendizado.

Assim como os demais, o trabalho de Dobal também converge com a base teórica defendida aqui, que é a decolonialidade. Ao propor um rompimento com as práticas docentes racistas e de herança colonial, a autora parte do pressuposto de que é preciso se desvencilhar das amarras da colonialidade e adotar formas outras de conhecer sua própria realidade, se divergindo do que Dussel (2005) chamou de mito da modernidade, que se instaura quando as classes dominantes europeias acreditam ser o monopólio universal do saber epistêmico, cultural e social diante do resto do mundo. As práticas sugeridas pelos pesquisadores questionam justamente a hegemonia colonial como a única capaz de alcançar a razão universal, implicando num novo olhar sobre a constituição do ambiente escolar e da estrutura curricular pensada para ele.

Outro fato que acreditamos ser importante reforçar é o fato de que nenhuma atividade pode ser fechada ou limitada, ela deve acontecer a partir de debates anteriores, onde os assuntos que permeiam as relações étnico-raciais tenham sido discutidos previamente e onde as temáticas não sejam estranhas às crianças. É preciso que ocorra uma sensibilização em relação aos assuntos posteriormente trabalhados nos jogos. Para que sejam temáticas abordadas

e abordadas em sua complexidade antes e depois das atividades práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebemos que diálogos podem ser possibilitados entre o currículo de Sergipe e as pesquisas encontradas. Essa relação nos mostra e reforça o entendimento da urgência de defendermos a implementação da Educação para as Relações Étnico-raciais dentro dos ambientes escolares, fato que infelizmente não ocorre em muitas instituições. Por isso, trazer a pedagogia antirracista e intercultural muito contribui para este debate, visto que possibilita construir pontes para a constituição de uma sociedade menos desigual e violenta para grupos minoritários. Assim sendo, as propostas expostas pelos artigos selecionados aqui, nos oportunizam pensar num novo modelo de educação, que não seja sistematizado a partir do silenciamento e esvaziamento de pautas.

Um tópico que também inferimos com este artigo é que a temática indígena ainda é passível de silenciamento dentro dos debates étnico-raciais. Dentre os trabalhos que trouxemos, não percebemos um cuidado em abordar essa temática dentro de suas propostas e projetos, fato que destacamos como ponto negativo. A questão indígena é imprescindível nos debates da ERER na escola, ao passo que o apagamento causado pela colonização ainda se manifesta na sociedade, com o desrespeito e deslegitimação dos povos originários e seus modos de viver, saber, ser. Por isso, algumas atividades citadas neste trabalho foram adaptadas para uma contemplação mais proveitosa e inclusiva da ERER, trazendo um foco maior para a realidade dos povos originários sergipanos e a importância de incluí-los no debate.

Importa indicar também que a realidade concreta que observamos nas escolas, ainda é uma realidade pautada na negação do racismo, da discriminação étnica e demais opressões que atravessam as crianças e os sujeitos da instituição. Neste cenário, problematizamos o fato de que, ainda que tenhamos mecanismos possíveis de enfrentamento a essas violências, há um movimento contrário de base consolidada que tenta nos moldar e silenciar para a implementação dessa desconstrução. Assim, quando muitos professores propõem esses diálogos, são emudecidos, estigmatizados e colocados nas primeiras posições da lista de descarte. Esse fato nos entristece.

Em contrapartida, a realização deste trabalho deixa viva em nós as possibilidades

latentes de defender uma prática docente pautada no compromisso com a justiça social. Desse modo, ao nos comprometermos com a EREER, nos comprometemos também com todas as formas de opressão que observamos em excesso no ambiente escolar atual, a saber: machismo, homofobia, transfobia, capacitismo, elitismo, classicismo. Todas essas violências atravessam as crianças no ambiente em que, na teoria, elas deveriam estar protegidas. Enquanto professoras isso nos revolta, mas, na mesma medida, compreendemos a importância da nossa posição de agente direto de mudança. É esse sentimento que esperamos que desperte também nos que nos leem.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, I. M. S. **A Educação das Relações Étnico-Raciais e o currículo de Sergipe: proposta para os anos iniciais da educação básica**. Monografia (Curso de Pedagogia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, p.56, 2022.
- BRASIL. *Parecer 03/2004 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação*. Brasília: MEC, 2004.
- CANAU, V. M.; MOREIRA, A. F. B. **Currículo, conhecimento e cultura**. Boletim 17, Rio de Janeiro, p. 20-29, set. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2022.
- CUNHA et.al. Educação antirracista para o ensino de Artes: estudo de caso em uma instituição de educação profissional e tecnológica. **Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 11, 2023.
- DOBAL, W. L. M. **Narrativas espaciais do Quilombo dos Alpes/ Porto Alegre/ RS: instrumento de encrespamento do ensino de Geografia, na busca de uma educação territorial antirracista**. Monografia (Curso de Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 57, 2015.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 55-70
- FRANÇA, D. M. O brincar do quintal e do terreiro: possibilidades da BNCC para a EREER na educação infantil. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 140-154, set./dez. 2021.
- FRANCINI, S. R. V. A educação antirracista no ensino fundamental: um movimento interdisciplinar para a formação da cidadania sem preconceitos. **Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação** (online). Rio de Janeiro: v. 7, n. 1, 2022. E-ISSN 2596-058X.
- GOMES, N. L. Diversidade e currículo. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.

13° ENFOPE 15° FOPIE

Encontro Internacional de Formação de Professores e
Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional

EDUCAÇÃO EM DIFERENTES
TEMPOS E ESPAÇOS:

A importância da escola na
transformação social e os
futuros incertos

22 A 24 DE MAIO DE 2024

KAYAPÓ, Edson; BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? *Mneme – Revista de Humanidades, Caicó*, v. 15, n. 35, p. 38-68, jul./dez. 2014. Dossiê Histórias Indígenas.

PRECIADO, Beatriz. Quem defende a criança *Queer*? *Jangada*, Viçosa, n.1, jan.-jun., 2013.

SILVA, I. F. da. ARAÚJO, J. D. A. de. Atividade de extensão antirracista: educação contra o preconceito e discriminação na escola. *Ensino em perspectivas*, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2023.

WALSH, C. (2009). Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V.M. (org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras. p. 12- 42.

13° ENFOPE 15° FOPIE

Encontro Internacional de Formação de Professores e
Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional

**EDUCAÇÃO EM DIFERENTES
TEMPOS E ESPAÇOS:**

A importância da escola na
transformação social e os
futuros incertos

22 A 24 DE MAIO DE 2024